



Cerimónia de Assinatura do contrato “Biodiversidade 2030”

Salão Nobre
15 de setembro de 2020 | 17h00

Discurso do Ministro do Ambiente e da Ação Climática

Eu sei o que já fizemos pela biodiversidade, sabendo também que a muitos parece pouco, talvez por o compararem com o muito que fizemos na energia, no ciclo urbano da água, na mobilidade urbana, no combate às alterações climáticas.

Sem embargo de aproveitar o momento para falar do que fizemos e do que queremos fazer, devo com humildade reconhecer que o discurso da água e dos transportes, pela sua urgência e o das alterações climáticas, pela sua emergência, são os que ganharam dimensão no espaço público, ao mesmo tempo que a necessidade de prevenir os fogos rurais também tornou mais opaca a comunicação do que foi feito na biodiversidade.

E, é claro, não deixará de ser verdade que também podíamos ter feito mais.



Este contrato que hoje se assina tem como objetivos conhecer melhor, discutir mais, gerar compromissos mais firmes na proteção e promoção da biodiversidade.

Hoje é claro, num contexto pandémico, que discutir no tempo a saúde humana tem de implicar discutir em simultâneo a saúde animal e a saúde ambiental. Por tudo isto, a discussão da biodiversidade ganha relevância e faz deste, o momento.

Produzidos por este Ministério, já do nosso tempo político, há dois documentos essenciais.

Em primeiro lugar, a Estratégia para a Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030, que consagra a necessidade de olhar a par para a conservação e a valorização dos habitantes. Esta estratégia, com uma visão de longo prazo, assenta em três vértices estratégicos:

- i. Melhorar o estado de conservação de *habitats* e espécies;
- ii. Fomentar a apropriação dos valores naturais e da biodiversidade pela sociedade;
- iii. Promover o reconhecimento do valor do património natural, facilitando a tomada de consciência e a sua conseqüente integração nas diferentes políticas, estratégias e práticas.



Em segundo, o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, que tem mesmo um olhar completo para o País e que destaca a valorização do capital natural como uma chave de sucesso para Portugal.

Chega o Verão e com ele os incêndios, e os urbanos a ver televisão pensam, sem ter coragem de o dizer “Portugal tem território a mais”. Pois o que temos feito, e o que vamos fazer com a ajuda deste trabalho, é mostrar que o País, na sua fecunda diversidade, não tem um metro quadrado a mais.

Todo o nosso território tem de ter projeto, e vai ter projeto.

O que fizemos até aqui? Reforçamos o ICNF:

- Desde novembro de 2017, o corpo de Vigilantes da Natureza integrou 100 novos elementos, dos quais os últimos 25 Vigilantes da Natureza iniciaram as suas funções em março de 2020. Este reforço humano teve um investimento associado na ordem de 1,5 M€ anuais. Mas não ficámos por aqui - em complemento ao aumento do número de Vigilantes da Natureza, foi feito o reforço progressivo dos seus meios operacionais, através de meios informáticos e de comunicação e com especial enfoque para 35 novas viaturas. Atualmente, dos 1.473 trabalhadores que o ICNF tem em exercício efetivo de funções, 208 são Vigilantes da Natureza.



- Dou nota que no Orçamento de Estado para 2020 foi também aprovado o reforço de meios humanos do ICNF: 75 assistentes operacionais, 100 técnicos superiores e 150 bombeiros sapadores florestais. Destes números, realço, com muita satisfação, que a 10 de julho de 2020, assinaram contrato os 50 CNAFS alocados ao Parque Nacional da Peneda-Gerês. Refiro também que, no passado dia 20 de julho, abriu o concurso externo de ingresso para preenchimento de 100 postos de trabalho para sapadores bombeiros florestais que serão integrados na Força de Sapadores Bombeiros Florestais, bem como que, ontem, dia 14 de setembro, abriu o procedimento concursal para preenchimento de 25 postos de trabalho para a categoria de técnico superior.
- Regionalizamos de facto e já em 2019 o ICNF, com um vogal em cada região, fazendo da proximidade um valor para a gestão do território.
- Estamos também a concretizar o modelo da cogestão nas áreas protegidas de âmbito nacional, envolvendo e responsabilizando as autarquias na gestão das áreas protegidas, os representantes das instituições de ensino superior, as associações de defesa do ambiente e outros atores de relevância



local presentes nas áreas protegidas, mas sem retirar uma única competência ao ICNF.

Aliás, a Conservação da Natureza e da Biodiversidade tem estado na agenda desde o início da atividade do Fundo Ambiental. Entre 2017 e agosto de 2020, o Fundo Ambiental apoiou projetos e iniciativas num valor global de 23,7 M€, através do estabelecimento de 59 protocolos e da publicação de 11 Avisos.

De destacar, neste contexto, que em 2020 iniciámos o pagamento dos serviços de ecossistemas com a implementação da 1ª Fase do Programa de Remuneração dos Serviços dos Ecossistemas em Espaços Rurais em duas áreas protegidas – a Paisagem Protegida da Serra do Açor (PPSA) e o Parque Natural do Tejo Internacional (PNTI).

Com o apoio do Fundo Ambiental, serão financiadas 14 candidaturas das 15 submetidas, no valor global de 3,4 M€ durante 20 anos.

Também em 2020 lançámos o Programa de Transformação da Paisagem, que prevê o desenvolvimento de 20 Planos de Paisagem, dos quais quatro já no ano transato, e visa promover o desenho da paisagem como referencial de uma nova economia dos territórios rurais, que promova uma floresta multifuncional, biodiversa e resiliente, mais rentável, com mais



capacidade de sequestro de carbono e capaz de produzir e consumir melhores serviços a partir dos ecossistemas.

E, ainda no âmbito do Fundo Ambiental, não nos podemos esquecer do apoio à educação ambiental. No âmbito da Estratégia Nacional para a Educação Ambiental, promovemos, em 2020, através do Fundo Ambiental o Aviso “Proteger a Vida Terrestre”, dedicado à conservação da natureza e biodiversidade, com uma dotação de 500 mil euros.

Já através do POSEUR, na prioridade de investimento dedicada à proteção da biodiversidade e dos ecossistemas (com a dotação de 40 M€ de Fundo de Coesão) foram aprovadas 93 candidaturas com um Fundo de Coesão de 33,6 M€ e envolvendo um investimento total de cerca de 40 M€. Dos 33,6 M€ aprovados, 14,3 M€ estão executados, o que representa uma taxa de execução de 43%.

Destaco, nos investimentos referentes a esta temática, os 21 M€ consagrados aos projetos piloto em 14 áreas protegidas em território continental, o que demonstra bem a forte aposta do Governo ao nível do capital natural do nosso País, enquanto ativo estratégico que importa valorizar, não só como sinónimo de investimento numa perspetiva de “conservação e gestão de *habitats* e espécies”, como também de



valorização do território focada numa “Gestão ativa e de proximidade das Áreas Protegidas”.

Em 2020, serão ainda apoiados projetos piloto em mais cinco parques naturais. Ou seja, até final de 2020, serão mobilizados cerca de 24 M€ para projetos piloto em distintas 19 áreas protegidas de âmbito nacional.

Considerando também as verbas previstas para a promoção da cogestão em áreas protegidas de âmbito nacional, este Governo investirá cerca 27 M€ nestes territórios que encerram um elevado valor natural.

E, já no próximo mês, vamos ter um apoio muito relevante, através do *EEAGrants*, com a celebração do contrato respeitante ao “Projeto para o fomento de modelos de desenvolvimento sustentável nas Reservas da Biosfera portuguesas”, um projeto que abrangerá as onze Reservas da Biosfera localizadas em Portugal Continental e nas Regiões Autónomas, com montante de 2,2 M€, financiado a 100%.

Mas com humildade reconheço que há mais, há muito ainda por fazer.

Minhas Senhoras e meus Senhores,



Neste sentido, surge o estudo “Biodiversidade 2030: contributos para a abordagem Portuguesa para o período pós-metas de Aichi”.

Este trabalho, coordenado pelo Miguel Araújo, que inclui um desafio aos nossos colegas do Mar, divide-se em cinco pacotes que se complementam entre si:

- **Biodiversidade e alterações climáticas** - é dedicado à avaliação dos impactes das alterações climáticas na biodiversidade portuguesa, tanto ao nível dos territórios classificados como não classificados e identificação dos refúgios climáticos, corredores e “*stepping stones*” necessários para facilitar a adaptação da biodiversidade Portuguesa (terrestre) às alterações climáticas projetadas.
- Com o segundo pilar relativo à **Biodiversidade e território** pretende-se definir recomendações para uma maior convergência dos objetivos da política de conservação da natureza e da biodiversidade e da política de ordenamento do território, para o estabelecimento de uma infraestrutura verde de âmbito nacional, que atenda aos princípios da conectividade ecológica dinâmica.
- No pilar dedicado à **Biodiversidade, águas interiores e costeiras** – pretende-se proceder à caracterização das vulnerabilidades e riscos associados às políticas atuais de gestão das águas interiores



superficiais e da zona costeira e seus efeitos na biodiversidade, tanto ao nível de espécies como *habitats*, assim como definir propostas com vista à implementação de uma infraestrutura azul.

- O quarto pilar, **Biodiversidade e oceanos**, visa a identificação de zonas prioritárias para a conservação marinha que permitam alcançar 30% de proteção em áreas marinhas protegidas (AMP), a cartografia dos *habitats* marinhos que formem a infraestrutura azul da ZEE devido ao seu potencial de absorção de carbono, bem como a estruturação de plano de recuperação dos *habitats* marinhos prioritários, de forma a maximizar o seu papel no combate às alterações climáticas.
- O quinto e último pilar - **Biodiversidade e pessoas** - é dedicado à revisão de sistemas de remuneração de serviços de ecossistema e à proposta de um sistema de remuneração dos serviços de ecossistema, baseado no conceito de “*biodiversity biobanking and off-setting*”, adaptado à realidade portuguesa.

Estes 5 pacotes serão orientados de modo a permitir a transição entre a infraestrutura de BIODIVERSIDADE à presente data - 2020, assente primordialmente num conceito relativamente estático de Rede



Fundamental da Conservação da Natureza e a nova infraestrutura de BIODIVERSIDADE para o horizonte de 2030.

Agradeço ao Henrique Pereira dos Santos a conversa que permitiu transformar as minhas ideias num projeto.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

É premente tomarmos ações para reverter a perda da biodiversidade e restaurar os sistemas naturais vitais do planeta. Mais do que isso, é nossa ambição promover uma nova visão para a valorização do território e do capital natural, com vista à preservação da biodiversidade e transformação da paisagem - temos de saber valorizar os nossos recursos naturais e criar produtos sustentáveis, inovadores e de valor acrescentado. É através da biodiversidade que se obtém os recursos necessários, dos quais muitos dos processos produtivos dependem. Nesse sentido, estamos a explorar oportunidades para estimular uma nova visão para os recursos biológicos, através do desenvolvimento do Plano de Ação para a Bioeconomia Sustentável.

Este é o momento de reconhecer as oportunidades que a economia do capital natural e dos ecossistemas pode oferecer ao sector privado, que



depende da biodiversidade, direta ou indiretamente, através da sua cadeia de valor.

Termino reforçando, mais uma vez, que é esta a nossa aposta: uma política ativa que promova novas formas de produzir e de proteger os nossos recursos, de consumir, mas respeitando o frágil equilíbrio entre o nosso bem-estar e a necessidade de preservarmos a natureza!

Muito obrigado!